

A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES AUTÓCTONES NO TURISMO E O CAPITAL SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM EXAME DO PROGRAMA TURISMO SOLIDÁRIO - MG

Ewerthon Veloso Pires¹ & Marcos Delgado Alcantarino²

Na atualidade, muito se diz a respeito da importância da participação das comunidades no processo de desenvolvimento turístico local. Alia-se a isso que, o debate acerca da participação das comunidades nos programas de desenvolvimento turístico se alinha a uma profunda discussão da necessidade de se desenvolver nos municípios a formação de um capital social e de estratégias de inclusão social a serviço das discussões sobre os rumos do desenvolvimento local. “*A participação é pré-requisito essencial pois é a própria sociedade que deve identificar as suas necessidades*” (IRVING, 2002, p. 36).

Acredita-se que as cidades se viabilizarão sócio-economicamente se articuladas num grande pacto de parcerias, onde Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil e ONGS se unam para elevar o destino turístico a um patamar competitivo, assegurando qualidade de vida a comunidade local e promovendo um desenvolvimento de forma a atender as expectativas de cada ator (PIRES & ALCANTARINO, 2006). Desta forma, garantindo a inserção das comunidades no debate, planejamento e gestão dos recursos ambientais e culturais das localidades turísticas, principalmente àqueles submetidos a instrumentos legais de valorização e preservação.

O objeto desta pesquisa é a compreensão da participação comunitária e a formação do capital social no desenvolvimento pelo Programa Turismo Solidário em MG. Abordam-se as relações de mediação entre os diversos atores no processo complexo de formulação e implementação de políticas de fomento do capital social e desenvolvimento local.

Considerando essa perspectiva – município: ator prioritário na consolidação do seu projeto de desenvolvimento –, é fundamental que se destaque o papel do seu recurso mais criativo: a população.

¹ Bacharel em Turismo e Especialista em Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela PUC-MINAS. Mestrando em Turismo e Meio Ambiente pela UNA-MG. Professor do Centro de Ensino Superior Promove e Consultor do Programa Sebrae de Turismo – MG.

² Bacharel em Turismo e Especialista em Docência no Ensino Superior pela PUC-MINAS. Mestrando em Turismo e Meio Ambiente pela UNA-MG. Professor do Curso Superior em Turismo da PUC-MINAS.

(...) Sempre que um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar em conjunto por um objetivo, algum resultado é conseguido, e sempre o grupo consegue mais do que qualquer um de seus integrantes obterá se agisse isoladamente. E mesmo que se consiga relativamente pouco, em vista do objetivo almejado, essas pessoas adquirem um preparo e obtêm conhecimentos que serão úteis em outro empreendimento (DALLARI, 1983).

Nesse sentido, faz-se necessário apontar formas de inclusão e participação produtiva das comunidades autóctones na conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais locais, especialmente àqueles localizados em áreas naturais protegidas, não só pelos seus aspectos de valor de uso, mas também de valor de troca.

Apontar a relação do capital social como vetor da participação comunitária para o desenvolvimento local na concepção do Programa Turismo Solidário do Governo de MG.

- apontar o capital social na constituição de uma estrutura de participação da comunidade e a participação comunitária na consolidação do capital social;
- compreender as responsabilidades dos atores na formação do capital social como base para o desenvolvimento do Programa na base local;
- examinar as estratégias de inserção comunitária previstas no programa.

A pesquisa, em função do seu objetivo central e problema, caracteriza-se pelo caráter exploratório da temática apresentada e se efetivou a partir do percurso metodológico preconizado no método Estudo de Caso. Nesse sentido, o que se considerou na escolha de tal método se remete ao fato de esta estratégia metodológica permitir o estudo de indivíduos e grupos possibilitando o conhecimento aprofundado de processos e relações sociais, fato central na análise da problemática apresentada. Uma vez que se trata de um método flexível que permite o uso de observação, exame de documentos e outras técnicas, fornecendo uma gama mais ampliada de possibilidades de coleta de dados e, conseqüentemente, uma base mais confiável e completa de informações que subsidiaram a redação do artigo.

Posto que o capital social constitui-se como um importante atributo da destinação turística para a orientação do seu processo de desenvolvimento, cabe ressaltar um aspecto central desta questão: a formação/constituição do capital social local como elemento determinante de tal processo. SACHS e LAGES (2001) acrescentam que *“Capital social apresenta aspectos de ordem social, pois reside mais nas relações per se que nos indivíduos, mas também aspectos ligados ao capital, pois ele é igualmente um recurso, podendo gerar fluxos vantajosos para a sociedade ao longo dos anos”*.

Dessa forma, a ação social comunitária pode ser compreendida como ferramenta incontestável de empoderamento local a partir da potencialização do capital informacional e social para o debate do turismo e de outros assuntos de interesse coletivo.

A participação comunitária nas decisões do futuro da destinação turística reforça a existência do seu capital social e, por outro lado, o desenvolve de maneira mais efetiva na medida em que se caminha para a legitimidade de um processo de planejamento participativo. No entanto, parafraseando Neto e Araújo (2002) há de se ressaltar que a participação não pode ser entendida como um processo passivo que se exerce parcialmente ou setorialmente no debate social de uma realidade comunitária. No reforço desta afirmação, encontra-se a implicação de que o envolvimento deve ser ativo e de todas as instâncias das comunidades para que se efetive como poder de decisão (PIRES & ALCANTARINO, 2006). Na direção desta perspectiva é fundamental compreender o desenvolvimento local como pluridimensional e fundamentalmente marcado pela cultura do contexto em que se situa. Sobre isso, o estudo da UFB (*Capital Social ...*) aceita que

O desenvolvimento local (...) é considerado como um conjunto de atividades econômicas e sociais com alto grau de interdependência com os diversos segmentos do tecido sócio-econômico da sociedade e com agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas. Por conseguinte, é fundamental que seja planejado como um sistema integrado no mercado global e tendo em conta a dimensão social local (UFB-NEPOL, 2005).

Com a presente pesquisa pode-se identificar de forma mais nítida a tênue relação existente entre participação comunitária, capital social local e as implicações que decorrem desta relação e de como essa se processa no planejamento do desenvolvimento turístico local. Retratou-se, neste contexto, o capital social como um elemento indispensável e determinante nos rumos e na definição do tipo de desenvolvimento turístico que se pode adotar numa destinação. Sobretudo, apontou a necessidade do uso de todos os recursos locais como fator de competitividade do destino turístico e, por conseqüência, de participação comunitária. Descreveu-se o processo multi-institucional de concepção das bases conceituais, filosóficas e metodológicas do programa e o processo participativo de planejamento do desenvolvimento local das destinações por via da ação do Estado como agente indutor e coordenador do processo de preservação e uso sustentável dos recursos

endógenos, sobretudo aqueles que figuram como componentes das APAS – Áreas de Preservação Ambiental e dos Parques Estaduais e Nacionais que existem no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALLARI, D. O Que é Participação Política. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos).

IRVING, M.de A. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: futura, 2002.

NETO, L. G.; ARAÚJO T. B. de. Poder Local, Governos Municipais e Políticas de Indução do Desenvolvimento Econômico no Brasil. *In.* SOARES, J. A.; Caccia-Bava, S. Os Desafios da Gestão Municipal Democrática. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, I.; LAGES, V. N. Capital Social e Desenvolvimento: novidade para quem? Conferencia Regional Sobre Capital Social Y Pobreza. CEPAL. Santiago, Chile, 2001.

PIRES, E. V.; ALCANTARINO, M. D. A Participação das Comunidades Autóctones no Turismo e o Capital Social no Processo de Desenvolvimento Local: um exame do programa Turismo Solidário – MG. Texto em primeira versão (mimeo). Belo Horizonte/MG: UNA Centro Universitário. Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente, 2º semestre de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento na Bahia. NEPOL – Núcleo de Estudos Sobre Poder e Organizações Locais. 2005.